



## **O DIA QUE DUROU 21 ANOS: AS SIMBIOSES ENTRE O PASSADO E O PRESENTE PELAS LENTES DO CINEMA**

**Joana D'Arc Ferraz**

Universidade Federal Fluminense  
joanadferraz@gmail.com

### **Resumo:**

O objetivo geral deste artigo é refletir sobre é refletir, com Nietzsche e Foucault, sobre o uso que fazemos da História do golpe militar-empresarial brasileiro, por meio do documentário O DIA QUE DUROU 21 ANOS (Brasil, 2013) e de autores que, ainda na ditadura, nas décadas de 1970 e de 1980 do século passado, interpretaram este evento a partir do contexto político e econômico de dependência ao capital internacional. A *démarche* a estes autores brasileiros tem como foco analisar questões que, pelas mais variadas percepções, acabaram se empoeirando e se distanciando de nossos olhares.

**Palavras-chave:** Golpe militar-empresarial; capital internacional; cinema.

### **Abstract:**

The objective of this article is to reflect, with Nietzsche and Foucault, about how we have made use of the Brazilian's military-business blow history, through the documentary THE DAY THAT LASTED 21 YEARS (Brazil, 2013) and the authors who still in the dictatorship, in the decades 1970 and of 1980 of last century, interpreted this event from the political and economic context of dependence to the international capital. The approach of these Brazilians authors focus is to analyze questions that through the most varied reasons have become dusty and distant from our eyes.

**Keywords:** Military-business blow; international capital; cinema.

## INTRODUÇÃO

“(…) Aqueles que não amam a revolução ou a situação que foi imposta, pelo menos devem temê-la, porque nós saberemos, se necessário, impô-la.” (General Carlos Guedes, 1964 – O Dia Que Durou 21 Anos)

“(…) Somos o resultado de gerações anteriores, também somos o resultado de suas aberrações, paixões e erros, mesmo de seus crimes; não é possível se libertar totalmente dessa cadeia.” (NIETZSCHE, 2003: p. 31)

“(…) O sentido histórico, tal como Nietzsche o entende, sabe que é perspectivo e não recusa o sistema de sua própria injustiça. Ele olha de um determinado ângulo, com o propósito deliberado de apreciar, de dizer sim ou não, de seguir todos os traços do veneno, de encontrar o melhor antídoto. Em vez de fingir um discreto aniquilamento diante do que ele olha, em vez de aí procurar a sua lei e a isso submeter cada um de seus movimentos, é um olhar que sabe tanto de onde olha quanto o que olha.” (FOUCAULT, 2016: p. 76)

Pensar um pouco sobre as linhagens do golpe de 1º de abril de 1964, passados 52 anos do seu início, talvez seja um desafio interessante. Não pelo desejo de fixar este passado, de enterrá-lo cada vez mais no tempo histórico, mas para fazer da cultura histórica “uma nova e poderosa corrente de vida, do vir a ser de uma nova cultura”. (NIETZSCHE, 2003: p. 17) O desafio deste artigo é pensar o tempo histórico como uma força de mudança e de afirmação da vida.

Nesta direção, o objetivo geral deste trabalho é refletir, com Nietzsche e Foucault, sobre o uso que fazemos da História, a partir do documentário O DIA QUE DUROU 21 ANOS (Brasil, 2013) e das análises de autores que, ainda na ditadura, nas décadas de 1970 e de 1980 do século passado, pensaram o golpe, a partir do contexto político e econômico de dependência ao capital internacional. Nesta *démarche*, estes autores denunciaram algumas questões que, pelas mais variadas percepções, acabaram se empoeirando e se distanciando de nossos olhares.

Insisto que precisamos nos atentar para alguns detalhes desse passado que, talvez, possam nos ajudar a refletir sobre o nosso presente e construir um tempo intempestivo, conforme Nietzsche nos convida. Algumas indagações percorrem este artigo. Para o que serve o passado? Que compromisso temos com ele? O que queremos dele? Enfim, debruçar sobre a história, “mas não como passeante mimado no jardim do saber (...) precisamos dela para a vida e para a ação, não para o abandono confortável da vida ou da ação ou mesmo para o embelezamento da vida egoísta e da ação covarde e ruim.” (NIETZSCHE, 2003: p. 5)

Dirigido por Camilo Galli Tavares, o documentário *O DIA QUE DUROU 21 ANOS* narra a trama construída para derrubar o poder do presidente João Goulart (1963-1964). Participaram desta articulação a *Central Intelligence Agency* (CIA), o presidente Lindon Johnson (EUA) e sua assessoria, o embaixador dos EUA Lincoln Gordon, os militares brasileiros e empresários brasileiros e estrangeiros, ligados ao capital internacional. O documentário denuncia, por meio de consulta a arquivos importantes nos Estados Unidos, que a finalidade deste país era intervir diretamente na política nacional, construindo minuciosamente o golpe de Estado, que levou à ditadura militar-empresarial<sup>1</sup> no Brasil (1964-1989).

A apresentação de documentos de arquivos até então secretos (áudios, conversas telefônicas, telegramas, depoimentos, dentre outras provas), comprovam a ação direta dos EUA na deposição do governo João Goulart, conforme assinala Peter Kornbluh<sup>2</sup>, coordenador do *National Security Archives* (EUA) neste documentário.

O *DIA QUE DUROU 21 ANOS* se divide em três partes: “A Conspiração”, o “Golpe de Estado” e “O Escolhido”, que serão resumidos neste artigo. A música de fundo, bem como a narrativa e as entrevistas com pessoas-chave nesta articulação dão autenticidade às provas. O documentário é narrado pelo pai do cineasta, jornalista Flávio Tavares, que também criou o roteiro. Flávio Tavares foi um dos 15 presos libertos por conta da negociação pelo sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, no Rio de Janeiro, em 1969.

## **PARTE UM – A CONSPIRAÇÃO**

Na primeira parte do documentário revela-se o objetivo dos EUA e dos militares brasileiros de acabar com a denominada “ameaça comunista” no Brasil, a partir dos preceitos defendidos pela Escola Superior de Guerra, inspirada na similar *Nacional War College*, nos EUA. Dentre estes preceitos, a Doutrina de Segurança

---

<sup>1</sup> Em relação à definição deste evento como ditadura militar-empresarial esclarecemos que embora os militares tivessem sido responsáveis pela tomada do poder, o controle, a gestão e a perpetuação deste poder, por mais de duas décadas, teve total participação dos agentes responsáveis pelo grande capital, ou seja, do empresariado, conforme assinala Ianni (1981).

<sup>2</sup> Declaração de Peter Kornbluh no documentário: “(...) foi revelado uma rica coleção de documentos confidenciais americanos que narram minuto a minuto a estratégia americana, desde o início do golpe militar até 2 de abril, quando Goulart deixou o país. Praticamente um relatório hora a hora dos fatos que levaram ao golpe. O Brasil era uma super potência regional. Um país imenso, com vasto potencial econômico. Os EUA não podiam se dar ao luxo de o perder. Esse conceito dos estrategistas políticos americanos de que eles são donos dos países da América Latina.”

Nacional, que virou lei durante a ditadura militar-empresarial, a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967), determinava repressão absoluta contra os “inimigos do regime”. Os artigos deste Decreto-lei são muito objetivos. Impõem penas severas a qualquer tentativa de ameaça à denominada ordem social. O artigo terceiro, por exemplo, define segurança nacional como “medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva”. (Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967: p. 1) Na sequência, não menos importante, a primeira parte deste documentário também apresenta as relações entre o empresariado nacional (brasileiro) e o capital internacional, por meio do complexo IPES/IBAD/ADEP. Nesta primeira parte do artigo, seguindo o roteiro do documentário, serão apresentadas as linhagens políticas e econômicas do golpe militar-empresarial de 1964.

O complexo IPES/IBAD/ADEP refere-se à junção de instituições da sociedade civil, compostas pela elite empresarial, militar e política brasileira, completamente vinculada aos interesses estadunidenses. Embora fossem entidades autônomas, se afinaram perfeitamente. Por meio de um conjunto de atividades (cartilhas, filmes, panfletos, financiamentos de pesquisa acadêmica, ajuda pessoal a operários, professores, estudantes, sindicalistas, organização de eventos, dentre outras ações), o complexo IPES/IBAD influenciou, fortaleceu e financiou as atividades. Em 1959, o estadunidense Ivan Hasslocher<sup>3</sup> criou o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e, em 1962, criou a Ação Democrática Popular (ADEP),

com o objetivo de canalizar recursos para os candidatos contrários ao presidente João Goulart que concorreriam às eleições legislativas e para o governo de 11 estados, marcadas para outubro daquele ano. Era subsidiária do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidade fundada em 1959 com o intuito de “defender a democracia” através da bandeira do anticomunismo. Foi dissolvida, juntamente com o IBAD, por ato do Poder Judiciário datado de 20 de dezembro de 1963, sob a acusação de “exercer atividade ilícita e contrária à segurança do Estado e da coletividade”. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-democratica-popular-adep>.

A ADEP selecionou e apoiou cerca de 250 candidatos a deputado federal, 600 deputados estaduais, 8 candidatos a governadores e inúmeros candidatos ao senado. Um candidato federal recebia CR\$ 1 milhão e 600 mil, um deputado estadual CR\$ 800 mil. O grupo ADEP/IBADE/*Promotion* gastou 1 bilhão e 40 milhões de cruzeiros, nos 150 dias que antecederam as eleições de 1962. Consta no livro de Eloy Dutra que o dinheiro vinha do *The*

---

<sup>3</sup> Hasslocher era dono da agência de propaganda S.A. *Incrementadora de Vendas Promotion*.

*Royal Bank of Canadá*, e a Promotion tinha conta no Bank of Boston e no The National City Bank of New York. (<http://www.pagina64.com.br/noticia.php?id=348>) Este texto foi extraído do livro do deputado Eloy Dutra (1963).

No entanto, quando os militares chegaram ao poder, o processo foi arquivado. “O processo, que condensava o que a CPI lograra apurar, não teve andamento. Os vilões do IBAD e ADEP os haviam ajudado, escavando as fundações da nova ordem. Por que levá-los às barras dos tribunais?” (AFFONSO, 2014: p. 426)

Em 1961, logo após a renúncia de Janio Quadros e a posse de João Goulart, foi criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que teve seu funcionamento paralelo ao IBAD e à ADEP. Com o fechamento destes últimos (1962), por decisão judicial, restou apenas o IPES, que funcionou até 1972. O IPES foi formado por empresários internacionais e nacionais, alinhados ao capital internacional, e por militares brasileiros, vinculados aos interesses estadunidenses. Autodefine-se como uma entidade apolítica<sup>4</sup>. Recebiam contribuições mensais de inúmeras empresas, tais como a Coca Cola, Seda Moderna, José Olimpio Editora, H. Stern, Rio Light S/A, Editora Globo, Cia União, Casa Cruz, Livraria Editora Guanabara, Seleções Reader`s Digest, Petrominas, Docas Rio Santos, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Banco Nacional de Minas Gerais, Refinaria e Exploração de Petróleo União, Supergasbras, Grupo Boavista de Seguros, Banco de Londres, Henrique Lage Comério e Indústria S/A, Elevadores Otis S/A, Price Waterhouse Peat & Co., Kodak Brasileira Comércio e Indústria, Esso Brasileira de Petróleo, Gillette do Brasil S/A, IBM do Brasil S/A, Banco Lar Brasileiro, Cia Atlantic de Petróleo, Banco de Boston, Banco do Estado da Guanabara, Banco Mercantil de São Paulo, Cia Ultragas S/A, Supermercado Peg Pag, Lojas Americanas S/A, Radiobras (Cia Radiotelegráfica Brasileira), Remington Rand do Brasil S/A, EMBRATEL, Lojas Brasileiras, Missão da USAID no Brasil, Banco da Bahia S/A, Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A, dentre centenas de outras empresas.

Além das contribuições das empresas, o IPES recebia contribuição individual de profissionais liberais, empresários, banqueiros, militares, artistas, dentre outros. Estas empresas e pessoas faziam contribuições mensais, durante os onze anos de existência do IPES. Estas contribuições fizeram do IPES uma grande empresa de

---

<sup>4</sup> Consulta aos Arquivos do IPES, custodiados no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).

financiamento de inúmeras associações da sociedade civil (SILVA, 1975), professores, sindicalistas, estudantes, a fim de retirar o denominado perigo comunista no Brasil.

O IPÊS também atuou no financiamento de outras entidades contrárias ao governo Goulart, tais como os Círculos Operários carioca e paulista, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo, o Instituto Universitário do Livro, e o Movimento Universitário de Desfavelamento. O IPÊS-RJ auxiliava igualmente a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. ([http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_Instituto\\_de\\_Pesquisa\\_e\\_Estudos\\_Sociais](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais))

René Dreifuss (1981) sustenta a tese de que se afirmara a existência de um relacionamento muito afinado entre o governo dos EUA, incluindo as suas forças armadas, e os militares brasileiros. Essa afinidade se estabeleceu a partir do alinhamento do governo brasileiro aos EUA, durante a Guerra Fria. Sem tomar este ponto como a única explicação para o advento do golpe de 1º de abril de 1964, afirmamos que esta relação alimentou o florescimento do discurso “anticomunista”, influenciado, no Brasil, pelo IPES/IBAD/ADEP e tiveram grande penetração em diferentes esferas da vida social brasileira.

Octavio Ianni (1978) já afirmara que desde a Primeira Guerra Mundial os militares brasileiros tiveram papel importante na política nacional. “Os golpes de Estado de 1937, 1945, 1955, 1961 e 1964 estão todos ligados ao nome de vários militares.” (IANNI, 1978: p. 136) Segundo o autor, contribui para isso a “fragilidade dos partidos políticos e a fraqueza da opinião pública e da consciência democrática”. (1978: p. 136)

Ianni acrescenta que “em boa parte, o golpe representa uma restauração dos vínculos internos e externos que se estavam rompendo desde a Primeira Guerra Mundial e, em especial, durante a era *getuliana*, isto é, 1930 e 1954. (IANNI, 1978: p. 145 Grifo do autor)

Esse contexto político-econômico que antecedeu o golpe não pode ser pensado de forma isolada. Sônia Regina de Mendonça argumenta que o modelo econômico vigente a partir da década de 1930 sofreu esgotamento no início da década de 1950, quando os ventos liberais começaram a ser sentidos aqui no Brasil. Mendonça argumenta que “(...) este neoliberalismo correspondia à consolidação da preponderância norte-americana no interior do bloco capitalista e sua ofensiva sobre



o mercado mundial (...), consagrados em encontros como a Conferência de *Bretton Woods*, de 1945.” (MENDONÇA, 1986: p. 46)

Ruy Mauro Marini afirma que com a morte de Vargas, no governo Café Filho, o Ministério da Fazenda coube a Eugênio Gudin, “abertamente favorável a mais estreita colaboração com o capital estrangeiro e contrário a qualquer programa intensivo de industrialização”. (MARINI, 2013: p. 80).

A “Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), atual Banco Central” (MARINI, 2013:pp. 80), “baixada ainda durante o governo provisório de Café Filho [permitia] a entrada dos capitais externos sem cobertura cambial (...) [em consequência] “ela obrigaria o capital nacional associar-se com as multinacionais, caso quisesse gozar de benefícios semelhantes”. (MENDONÇA 1986: p. 56) Por exemplo, facilitava enormemente a entrada de capitais estrangeiros no Brasil, na medida em que permitia que as máquinas e equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial”. Outra lei que rompe a política nacionalista vigente no governo Vargas foi a lei 2145/54. Em consequência, “entre 1955 e 1961, o montante total de capitais estrangeiros que entraram no país sob a forma de financiamento ou investimento direto foi de cerca de 2,3 bilhões de dólares”. (MARINI, 2013: pp. 80-81)

No governo Jânio Quadros, a Instrução 204/1961 irá acirrar a dependência do Brasil ao capital estrangeiro, ao modificar o esquema cambial liberando, ou seja, a taxa de câmbio. Este fato provocou grande impopularidade, gerando “aumento de preços de alguns importantes insumos importados sobre bens e serviços de consumo popular tais como pão, produtos agrícolas, tarifas de serviços públicos e jornais”. (<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-204>) O resultado dessa política cambial foi importante para o setor externo, no entanto, “deixava as pequenas e médias empresas livres para serem expostas ao apetite dos grandes grupos econômicos”. (MARINI, 2013:p, 92)

A partir do golpe militar-empresarial, de 1º de abril de 1964, foi consolidado o alinhamento político e econômico do Brasil aos interesses do capital internacional, em curso desde meados da década de 1940.

## **PARTE DOIS – O Golpe de Estado**

Com o plebiscito (1963), favorável ao presidencialismo, João Goulart passa a ser alvo de inúmeras críticas. No documentário, observa-se que há um consenso da elite política e econômica brasileira de que o governo de João Goulart afeta os interesses econômicos dos EUA e, conseqüentemente, os seus interesses. Esta elite é atrelada ao capital internacional, parceira de Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil, e de parte dos militares brasileiros, os herdeiros da *Nacional War College*,

Neste ambiente, o Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, serviu como álibi para a orquestração do golpe.

A própria localização geográfica do Comício foi objeto de críticas pelos militares golpistas. No documentário, o almirante da Marinha Júlio de Sá Bierrenbach (apoiou o golpe), afirma que o Comício foi provocação:

- de um lado a estação ferroviária e de outro lado Ministério do Exército. Era uma coisa de esquerda que a gente não sabia onde ia parar. Queriam seguir o regime soviético.

General do Exército Brasileiro Newton Cruz (apoiou o golpe) também afirmou:

- Era reformas de base no peito, de qualquer jeito. Os outros militares ficam assustados.

Plínio de Arruda Sampaio (Deputado Federal, em 1964) disse que viu com “*espanto tanque no Comício*”. (apoiou o presidente João Goulart)

Ivan Cavalcante Proença (Oficial da Guarda Presidencial - apoiou o presidente João Goulart) salienta no documentário que:

- foi noticiado nos quartéis que aquilo foi uma provocação ao Exército.

General Walters, agente da CIA aqui no Brasil, possuía uma análise minuciosa de todos os brasileiros com quem estava lidando. Conhecia todos os militares que apoiavam os EUA. Foi sua a indicação do general Castelo Branco (chefe do Exército) como **o mais eficiente e forte líder para o golpe militar**, segundo informações de Peter Kornbluh, coordenador do *National Security Archives* (EUA).

O historiador estadunidense James Green (*Brow University*) defende que

- a missão de Walters era basicamente organizar a conspiração, reunindo os opositores de Goulart, assegurando que os EUA dariam apoio aos militares caso eles tomassem o poder.



Gordon pede a Washington que mande uma esquadra naval para estacionar na Costa brasileira e ajudar com o golpe. Washington responde que não pode fazer isso em uma operação secreta. E Gordon responde que

**- não é para ser secreto, é para ser aberto, é para ser uma ameaça para Goulart e seus partidários, para que eles se sintam psicologicamente ameaçados e os conspiradores ganhem confiança. Esse era o objetivo.** (relato de Peter Kornbluh, coordenador do *National Security Archives* – EUA – grifo nosso)

No áudio, o Secretário de Estado dos EUA, Dean Rusk afirma que os estados de Minas Gerais e São Paulo estavam se organizando para a tomada do poder e complementa:

- é altamente desejável que as ações das forças armadas sejam legitimadas pelo Congresso (brasileiro) ou por outros meios que criem um ar de legitimidade. Neste momento particular é importante que o governo não fique em uma posição que nos deixará marcados por uma tentativa atrapalhada de intervenção.

O Peter Kornbluh, coordenador do *National Security Archives* (EUA), afirma que o ainda que parecesse para todo o mundo que o governo dos EUA estava intervindo no Brasil, valeria o risco para depor João Goulart. As estratégias utilizadas para dar apoio militar e logístico às forças anti-Goulart, do departamento de Estado para o embaixador Gordon, a chamada Operação Brother Sam, foi revelada neste documentário. Voz de Rusk (Secretário de Estado dos EUA) descreve toda a logística da repressão:

navios petroleiros darão apoio à esquadra, partindo da base de Aruba. Força naval de combate foi ativada para exercícios da costa sul do Brasil, destino inicial é o Porto de Santos. Força naval composta por 1 porta-avião, 4 destroyers e cruzadores de apoio. Em Porto Rico serão embarcadas 110 toneladas de munição, armas leves e gás lacrimogêneo para contenção e controle de massa. Apoio aéreo pode ser fornecido imediatamente se houver campo de pouso em Recife ou em outro lugar do nordeste brasileiro capaz de receber aviões de grande porte, com segurança e disponibilidade.

Interrogado se havia ouvido falar da Operação Brother Sam, o embaixador Gordon nega e expressa o um olhar *blasé*.

Segundo os documentos deste arquivo, nos EUA, as tropas de Mourão saíram às 4 h da manhã, de Juiz de Fora, dispostos a uma luta sangrenta...

Por que Jango não reagiu? Segundo Plínio de Arruda Sampaio, Jango deve ter percebido a fraqueza do seu esquema militar. João Goulart foi para Brasília, de lá para o Rio Grande do Sul e de lá para o Uruguai.

O golpe de 1º de abril instaurou um modo específico de dependência ao capital, que já se ensaiava antes, com Juscelino, Jânio e Jango. Ianni conclui que:

A forma pela qual as forças militares aparecem no golpe de Estado de 1º de abril de 1964 é substancialmente distinta das intervenções anteriores. Ainda que os próprios militares tenham formulado os seus alvos, com pleno conhecimento de causa, é inegável que as implicações e os desdobramentos do golpe conferem um sentido crucial ao acontecimento. Se inscrevemos o fato no seu contexto histórico-estrutural, além do quadro político da época em que ocorreu, verificamos que ele envolve uma virada radical no sentido do desenvolvimento econômico, bem como das relações do Brasil com os sistemas capitalista e socialista mundiais. **Instaura uma etapa de dependência estrutural.** (IANNI, 1978: p. 145 Grifo nosso)

Este fenômeno não é uma característica somente do Brasil. Parece ser uma orientação política a ser seguida pelos países da América Latina e do Caribe, que vivenciaram modelos autoritários de poder. Logo, em seguida à restauração da dita “ordem democrática”, quando suas instituições estavam em funcionamento, os seus processos de abertura política, foram seguidos de uma adesão ao modelo neoliberal.

Havia uma forma específica de combinação entre a dependência econômica aos EUA e o governo militar. Empresários serviram ao Estado ditatorial tanto quanto servem ao governo denominado democrático. Para a economia capitalista qualquer poder que se habilite a manter intacto o projeto econômico pode ser aceito.

A história do domínio dos Estados Unidos sobre o resto do mundo, nos últimos setenta anos, pode ser comparada à história monumental a qual Nietzsche se refere quando divide a história em três espécies: “monumental, antiquária e crítica”<sup>5</sup>. (NIETZSCHE, 2003: p.18)

Nesta história somente o que é grande sobrevive.

O quanto da diversidade precisa ser desconsiderado aí para que a comparação possa produzir aquele efeito fortalecedor, o quão violentamente a individualidade do passado deve se encaixar em uma forma universal e o quanto todos os seus ângulos e linhas acentuados precisam ser destruídos

---

<sup>5</sup> Sobre as três espécies de história Nietzsche as resume da seguinte forma: “Se o homem que quer criar algo grandioso precisa efetivamente do passado, então ele se apodera dele por intermédio da história monumental; em contrapartida, quem quer fincar o pé no familiar e na veneração do antigo cuida do passado como o historiador antiquário; e somente aquele que tem o peito oprimido por uma necessidade atual e que quer a preço se livrar do peso em suas costas carece de uma história crítica, isto é, de uma história que julga e condena”. (NIETZSCHE, 2003: p. 25)

em favor da concordância! **A história monumental sempre aproximará o desigual, generalizando-o e, por fim, equiparando-o**; ela sempre enfraquecerá novamente a diversidade dos motivos e ensejos a fim de apresentar o *effectus* monumental como modelo e digno de imitação. (NIETZSCHE, 2003: p. 21 Grifo nosso)

Este efeito abstrai as causas e compõe-se de uma sequencia de “efeitos em si”, ou seja, acontecimentos que servem para todos os tempos. Este “efeito em si (...) não deixa dormir os ambiciosos” e serve para os “empreendedores como um amuleto junto ao coração” (NIETZSCHE, 2003: p. 21). Enfim, impõe ao passado inúmeros silêncios e recolhimentos produzindo temerosas falsas semelhanças. O projeto liberal-democrático parece servir a esta narrativa.

### **PARTE TRÊS – O Escolhido**

Gordon declara, neste documentário, que tudo foi feito legalmente e conclui que, imediatamente, no dia 2 de abril de 1964, os EUA reconhecem oficialmente o novo governo. Para Gordon, essa era a política que os EUA desejavam adotar em relação ao Brasil, a despeito da ilegalidade desse processo. A participação, inclusive armada, dos EUA, caracteriza-se como uma intervenção no país, apoiada pelos militares que orquestraram o golpe. O historiador estadunidense James Green (*Brown University*) afirma que havia uma ilegalidade neste reconhecimento, que o mundo inteiro sabia que tinha havido uma intervenção dos EUA no Brasil. O argumento utilizado para a transição do governo civil para militar era de que Goulart havia abandonado a presidência. Na verdade, afirma Green:

- Goulart ainda estava em sua fazenda, no Sul do Brasil e não havia saído do país.

Manter “íntactos” e “cínicos” os princípios democráticos. O cinismo acompanha o ideal democrático. Está implícito. O ideal democrático, tal como o ideal histórico é um termo largo demais. Nele não comportam as diferenças. Tudo é homogeneizado. A desigualdade social é subsumida. Os que passam fome podem pensar da mesma forma que os que não passam? Democracia e capitalismo são termos antitéticos, afirma Wood Ellen (2003). Só podem conviver de um modo cínico. O Peter Kornbluh, do *National Security Archives* (EUA) afirma que os

documentos não deixam dúvida de que Castelo Branco era a escolha americana para liderar o regime militar que se seguiria a Goulart.

Em 15 de abril de 1964, Castelo Toma posse.

Walters (CIA) salienta no áudio que:

- a posse de Castelo com roupas civis foi significativa. Seu desejo é enfatizar o caráter civil do seu governo.

O documentário mostra o discurso de posse de Castelo em que declara que entregará o cargo a 31 de janeiro de 1965 e que convocará eleições diretas. Gordon reafirma a promessa da Aliança para o Progresso de que a tomada do poder pelos militares produziria uma cooperação e um interesse maior dos EUA na região. Rusk, secretário de Estado dos EUA, afirma a disposição de ajudar o Brasil a superar seus problemas econômicos.

Imediatamente após o golpe, ocorrem prisões, torturas, mortes, enfim, todo o tipo de violência é impetrado, a fim de se estabelecer a “ordem” e a “democracia”. Castelo, que em sua posse afirma que devolverá o poder para os civis, em pouco tempo prorroga o seu mandato. Segundo o almirante da Marinha do Brasil, Julio de Sá Bierrenbach (apoiou o golpe), entrevistado no documentário, Castelo poderia convocar a eleição, havia até candidatos como Lacerda, Adhemar e Juscelino.

No documentário, o historiador James Green afirma que:

- não fecharam o Congresso em 1964. Simplesmente eliminaram os políticos que se opunha ao governo. Mas mantiveram as instituições da ‘Democracia’. Permitiram que houvesse eleições. Quando não gostavam do resultado dessas eleições, mudavam as regras do jogo para se manter no poder. Lincoln Gordon usou um falso argumento para apoiar a decisão de Castelo de continuar no poder: ‘se não apoiarmos Castelo, a Linha Dura irá tomar o poder. Então, ele ignorou o fato de que Castelo aprovou um ato institucional ilegal dentro da Constituição brasileira.

Para Gordon,

- os militares eram uma nova classe que estava no poder e desfrutando as regalias do poder. Os militares que entraram por uma razão e ficaram por outra. Liberdade não era o termo que se podia aplicar ao governo brasileiro. Cortaram liberdade de imprensa, de reuniões. Quer dizer, as liberdades básicas que se espera de uma democracia.

Castelo Branco é substituído por Costa e Silva. Sua posse foi em 15/03/1967. Em 13/12/1968, decreta o AI-5, decreto que dava autoridade suprema ao governo. Foi

decretada a suspensão de todas as liberdades e direitos garantidos pela Constituição, o fim do Habeas Corpus, recesso do Congresso Nacional, cassação de mandatos dos parlamentares, suspensão, por dez anos, dos direitos políticos de quaisquer pessoas, confisco de bens, dentre outras atrocidades. Segundo o general do Exército Newton Cruz (apoiou o golpe):

- a revolução acabou com o AI-5, porque foi uma revolução dentro da revolução.

Jarbas Passarinho (Comandante militar da Amazônia – apoiou o golpe), confirma o que Castelo dizia:

-não se pode fazer a revolução sem os radicais, mas não se pode governar com eles.

No documentário, James Green (*Brow University*) revela que a Câmara de Comércio de São Paulo, por unanimidade, mostrou-se totalmente favorável ao AI-5, como uma medida necessária para garantir a estabilidade econômica e investimentos no Brasil. Isso mostra claramente como as multinacionais no Brasil se alinharam irrestritamente às forças repressivas que estavam matando, torturando, desaparecendo com pessoas, no duro processo de terror que se implantou neste país, com o golpe de Estado.

Alguns depoimentos dos militares sobre a tortura no Brasil são elucidativos. José Luiza Paletta, 2º Tenente do Ministério da Guerra (apoiou o golpe) salienta que, depois dos depoimentos, os “subversivos” eram encaminhados para a sua cidade e eles não tinham mais notícia deles. Ainda justifica o Tenente que hoje é mais fácil conseguir informações de uma pessoa:

- Não precisa de matar, de torturar, nada. Porém, tem uma coisa, **na época não existia outro tipo de meio.** (grifo nosso)

O brigadeiro da Força Aérea (contra o golpe, apoiou João Goulart) afirma no documentário que

- um coronel, filho de um general, esse sujeito veio de um curso no Panamá, de tortura. Esse sujeito chegou na PE e disse: - Puxa, fiz um curso agora e estou *tinindo* na tortura. Pega aí um cara pra mim torturar.

Referindo-se à tortura, Robert Bentley - Assistente do embaixador Lincoln Gordon, afirma que esta não foi um programa oficial. Em posição diametralmente oposta ao historiador James Green (*Brow University*):

- a prática da tortura foi legitimada, ficou claro, até para Lincoln Gordon que algo havia saído errado. Gordon abriu a caixa de Pandora e **permitiu** que todo esse mal saísse da caixa. (grifo nosso)

Ao final do documentário, interrogado sobre a prática de tortura no Brasil, Robert Bentley (Assistente do embaixador Lincoln Gordon) assinala:

- isso é difícil de justificar, oficialmente. Mas lamento, lamento. Hahaha...

O que foi singular neste golpe, e que este documentário agencia, é a percepção de um modo cínico de vida social. Fica implícito que havia um compromisso social das Forças Armadas em equilibrar e resolver os problemas sociais. As Forças Armadas surgem, no golpe, como ente neutro, acima de toda a sociedade. Aqueles que não aceitam o seu domínio traem o compromisso com a “ordem social”, por isso devem ser severamente punidos. O castigo (incluindo tortura, mortes, desaparecimentos) serve para muitas finalidades: limita a ocorrência de novos danos. Os que determinam e executam o castigo são temidos, por isso tornam-se felizes. Ao inimigo cabe o escárnio. Produz memória ao que sofrem e serve como exemplo para os que testemunham. Mais que isso. O traidor deve voltar ao “estado de selvageria”. (NIETZSCHE, 1998: p. 69) Daí o Estado precisar tanto desse recurso. A tortura é uma política do Estado. Afirma Cecília Coimbra que o “AI-5, quando se instala o terrorismo de Estado e a tortura passa a ser instrumento oficial”. (<http://ditaduraverdadesomitidas.blogspot.com.br/p/cecilia-coimbra-as-marcas-indeleveis-da.html>)

## **AS SIMBIOSES ENTRE O PASSADO E O PRESENTE**

Todas as denúncias deste documentário, seguidas das análises de Peter Kornbluh, coordenador do *National Security Archives*, do historiador estadunidense James Green (*Brow University* - EUA), e do historiador brasileiro Carlos Fico (UFRJ) nos provocam muitas questões e nos convidam a outras observações.

O peso da história, que oprime e amedronta o homem, conforme Nietzsche (2003) destaca, parece nos atormentar também quando não conseguimos esquecer o que se passou desde o dia 1º de abril de 1964, no Brasil. Primeiro, há uma intrínseca relação que até então parece nos acompanhar, entre o passado e o presente. A presentificação deste horror talvez possa ser explicada pelo fato de que torturas, desaparecimentos, homicídios ainda hoje são práticas instituídas pelo Estado.

Márcio Moreira Alves (1967), na introdução do seu livro “Torturas e Torturados argumenta que a tortura, largamente utilizada em todo o Brasil, passou a ser excepcional, porém, “não deixou de existir”.

Em 1966 tivemos notícia da morte do sargento Manuel Raimundo Soares, no Rio Grande do Sul e de vários casos de espancamentos graves de um grupo de estudantes trotskistas no quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar do Rio de Janeiro, (...) da responsabilidade de um certo capitão Zamith. No entanto, **se a tortura passou a ser rara contra perseguidos políticos, generalizou-se enormemente contra criminosos comuns.** A imprensa do Rio de Janeiro constantemente denuncia os processos usados pela polícia para extorquir confissões de suspeitos de roubos, assaltos e assassinatos. (ALVES, 1967: p. XVII Introdução)

Alves escreve este livro antes do AI-5. Já, nesta época, denuncia a generalização da tortura contra os criminosos “comuns”. Lembrando que toda prisão é uma prisão política, pois está fortemente ligada a uma política determinada pelo Estado, o interessante desta fala de Alves é que, a partir do AI-5, disseminou-se a tortura, também para a classe média, visto que a partir de 1968, o movimento estudantil foi fortemente atingido.

Passados mais de meio século deste evento, que ainda hoje é carregado de muitas memórias traumáticas e que guarda traumas transgeracionais, rastros desse passado até hoje nos mantém incomodados. Há sempre algo que não se fala. Há sempre uma dúvida. Algo guardado no silêncio, que não se encontra nos livros e sequer nos relatos das memórias dos atingidos. Algo que se esconde dentro de nós e dentro das instituições. Algo que não consegue ser esquecido. É sobre este grau de **“insônia, de ruminação, de sentido histórico, no qual o vivente se degrada e por fim sucumbe, seja ele um homem, um povo ou uma cultura”** (NIETZSCHE, 2003: p. 10 grifo do autor), que podemos pensar o atual Estado brasileiro.

A proximidade entre o passado ditatorial e o presente, com todos os recursos e indumentárias “formais e normatizadas”, parecem renovar a cada dia em nossa



memória, cravada nietzscheanamente a ferro e fogo, o ascendente desejo de poder e vontade de vingança.

As bombas de gás lacrimogêneo que Washington guardava para conter a rebelião do povo que ousasse lutar contra o golpe de 1º de abril foram usadas, ao longo desses 52 anos, estão sendo usadas hoje, nas favelas, nas ruas e nas praças. Até mesmo os militantes que lutaram contra a ditadura e que chegaram ao poder, por eleições diretas, fizeram e ainda fazem uso deste recurso. Não é muito simples falar isso sem ser acusado de aderente ao retrocesso político-social-econômico que está em curso no Brasil, neste momento. Essas armas estão sendo usadas, agora, também, por parceiros políticos a quem os antigos revolucionários se coligaram para chegar ao poder.

Há uma marcha crescente de mais Estado penal, mais poder e mais vingança, cujo interesse supremo é a manutenção daquela mesma ordem econômica que mobilizou os militares contra o povo, há 52 anos. A reedição da Lei de Segurança Nacional não foi obra do atual governo (Temer), embora esteja sendo largamente utilizada por ele.

Entendemos que os compromissos políticos decorrentes da denominada governabilidade, consolidados pelas coligações de partidos políticos (chamados de esquerda ou progressista) de diferentes projetos e pelo presidencialismo de coalizão criaram um ambiente que comprometeu, sobremaneira, uma proposta ainda que básica de governo popular. Neste caminho, verifica-se que os dois mandatos do governo Lula (8 anos) e mais 6 anos do governo Dilma estagnaram em pontos fulcrais. Um exemplo marcante é a Lei de Anistia, que se mantém tal como foi concebida pelos militares, defendida por Jarbas Passarinho<sup>6</sup>, à época líder do governo no Senado.

Ressaltamos que, em muitos aspectos, as tentativas de narrar a história do período da ditadura militar-empresarial brasileira esbarram-se na dificuldade de conjugar as memórias e os relatos autobiográficos com os documentos. Isto ocorre porque arquivos importantes da ditadura ainda encontram-se fechados, dentre eles, os arquivos do Exército (CIEEx), da Marinha (CENIMAR), da Aeronáutica (CISA) e da Polícia Investigativa (P2). A consequência disso é a restrição de informações sobre a

---

<sup>6</sup> Foi ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Costa e Silva e, em seguida, Ministro da Educação, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.

participação de operários, de indígenas, de negros, dos homossexuais, dos denominados grupos sociais minoritários como atores importantes na luta política brasileira, nas décadas de 1960 a 1980. A política conciliatória da Comissão Nacional da Verdade resultou no silenciamento e esquecimento de muitas vozes. É necessário, como nos propõe Foucault, “fazer da história uma contramemória e de desdobrar consequentemente uma outra forma do tempo”. (FOUCAULT, 2016: p. 80)

As limitações da Comissão Nacional da Verdade comprometem sobremaneira a análise histórica sobre o período da ditadura. O fato do governo Dilma só ter assinado ou se responsabilizar somente pelo primeiro volume, deixando os outros volumes à livre interpretação dos grupos sociais ou permitindo a dubiedade de interpretações, mantém uma “cortina de fumaça” sobre este período. Questões muito graves ainda estão no limbo do silêncio ou do esquecimento.

Outro agravante, diretamente ligado à ação governamental em relação à memória dos atingidos é uma parca representação simbólica sobre este período. Temos muito pouca ação museal ou patrimonial com esta temática. Em contrapartida, os governos da coligação da denominada frente de esquerda, geridos por pessoas que foram diretamente atingidas pela ditadura, que à época foram presas, torturadas, muitas sofreram a dor do exílio, permitiu a manutenção de nomes de ruas, praças, bustos, viadutos que fazem alusão aos militares ditatoriais e até mesmo alusão à data definida por eles como sendo o dia do golpe, como o viaduto 31 de março, em Botafogo, e a Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio - Niterói), ambos no Rio de Janeiro. (FERRAZ, 2006)

Peirano (2010) argumenta que esta orientação conciliatória dos antigos militantes, que chegaram ao poder recentemente, está acontecendo também no Chile e no Uruguai. Podemos acrescentar a esta lista a Bolívia, a Argentina e o Paraguai. Peirano afirma que há uma mudança de interpretação e de narrativa sobre o período da ditadura, com a reconstrução dos relatos a partir dos “interesses políticos atuais”. (2010: p. 207)

As diferentes percepções sobre o regime ditatorial e sobre a forma como os indivíduos viviam sob este regime, suas visões de mundo, seus posicionamentos frente à realidade, a forma como viam as opressões e as lutas políticas refletem não somente o que o cineasta foi capazes de captar, em suas múltiplas e intensas imagens, mas, acima de tudo, refletem uma sociedade que ainda não sabe como lidar com o seu

passado. Vivemos ainda perseguidos por um passado que não consegue passar, o que nos impede de olhar um futuro menos nebuloso.

Obras cinematográficas, em sua linguagem ficcional ou documental, devido às suas peculiaridades técnicas e ao tempo histórico em que foram produzidas são fontes de reflexão importantes, não para nos aprisionar no tempo pretérito, mas para nos instigar a sair deste passado, a construir um outro modo de ação, o esquecimento.

Foucault nos convida a espreitar essa singularidade dos acontecimentos e eliminar dela toda e qualquer finalidade monótona. Espreitar aquilo que não parece possuir história: “os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (NIETZSCHE, 2003: p. 16). Desejar esquecer, não para se conformar com o horror, mas para ousar construir um modo a-histórico de vida coletiva, “*impulsionar a história a serviço da vida*” (NIETZSCHE, 2003: p. 16 Grifo do autor) e não acolher mais na consciência estes modos brutais de existência.

## Referências bibliográficas

- AFFONSO, Almino. *1964 na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fundação de Desenvolvimento Administrativo, 2014.
- ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. 2ª Edição. Volume 1. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967.
- COIMBRA, Cecília. *As marcas indeléveis da tortura*. Entrevista.  
<http://ditaduraverdadesomitidas.blogspot.com.br/p/cecilia-coimbra-as-marcas-indeleveis-da.html>
- DREIFUSS, René. *A Conquista do Estado*. Ação Política e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUTRA, Eloy. *IBADE: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Editora Livro S/A, 1963
- FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. Os Desafios da Preservação da Memória da Ditadura no Brasil In ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (Orgs) *Museus, Coleções e Patrimônios: vozes polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. 4ª Edição. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil*. 3ª Edição. São Paulo: Graal, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

---

\_\_\_\_\_. *Segunda Consideração Intempestiva*. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2003.

PEIRANO, Alondra. “Olvidos, memorias y reinenciones del fuego” In MEDALLA, Tania; PEIRANO, Alondra; RUIZ, Olga; WALCH, Regine. (Editoras) *Recordar Para Pensar, Memoria Para la Democracia: la Elaboración del Pasado Reciente en el Cono Sur de América Latina*. Chile: Centro de Estudios Culturales Latinoamericanos, Universidad de Chile-Fundación Heinrich Böll, 2010.

SILVA, Hélio. 1964: *Golpe ou Contragolpe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia Contra Capitalismo*. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003

### **Documentário**

TAVARES, Camilo (Diretor). *O dia que durou 21 anos*. Brasil. Pequii Filmes. 2013.

**Joana D’Arc Ferraz:** Possui Doutorado em Ciências Sociais pela UERJ (PPCIS), Mestrado em Ciência Política pela UFF (PPGCP) e Bacharel e Licenciatura em História pela UERJ. É Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde leciona Sociologia e Metodologia da Pesquisa no Curso de Graduação em Administração. Atua principalmente nos seguintes temas: ditadura militar brasileira, memória e patrimônio, memória social, teoria da memória; memória e trauma, transformações do capitalismo contemporâneo, Democracia, Justiça e Violência.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** outubro de 2016

**Artigo aprovado para publicação em:** dezembro de 2016

\*\*\*

**Como citar:**

FERRAZ, Joana D Arc. O dia que durou 21 anos: A simbiose entre passado e o presente pelas lentes do cinema. **Revista Transversos. “Dossiê Resistências: LEDDES 15 anos”**. Rio de Janeiro, nº. 08, pp. 113-132, ano 03. dez. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.26535.

